



COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES – CPL
Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 62.100/2022
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO SF Nº 90010/2025

PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 6017.2025/0019665-4

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL ANUAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

Para formação da proposta de preço e inserção na plataforma COMPRASGOV, V.Sª deverá basear-se exclusivamente nos termos e informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas dos ITENS e demais condições do Anexo II.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.gov.br/compras>

UASG 925011 – PMSP – Secretaria Municipal da Fazenda

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 29/09/2025 às 10h00

EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

FASE DE HABILITAÇÃO: Após as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento.

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1 Embasamento Legal;
 - 2 Objeto;
 - 3 Vistoria;
 - 4 Condições de Participação;
 - 5 Acesso às Informações e Impugnação do Edital;
 - 6 Apresentação da Proposta de Preços;
 - 7 Abertura da Sessão e Classificação Inicial das Propostas de Preços;
 - 8 Etapa de Lances;
 - 9 Modo de Disputa Aberto e Fechado;
 - 10 Julgamento;
 - 11 Habilitação;
 - 12 Fase Recursal;
 - 13 Adjudicação e Homologação;
 - 14 Preço, Dotação e Reajuste;
 - 15 Condições do Ajuste e Garantia Para Contratar;
 - 16 Vigência Contratual;
 - 17 Condições de Recebimento e Pagamento;
 - 18 Infrações e Sanções Administrativas;
 - 19 Disposições Finais.
- II ANEXOS**

ANEXO I: Minuta de Termo de Contrato;

ANEXO II: Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;

ANEXO III: Proposta de Preços - MODELO;

ANEXO IV: Modelo Referencial de Declarações;

ANEXO V: Modelo Referencial de Declaração de Não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo;

ANEXO VI: Declaração de Renúncia a Vistoria;

ANEXO VII: Critérios de Análise Econômico-Financeira (Balanço Patrimonial);

ANEXO VIII: Modelo de Declaração de Disponibilidade de Equipamentos.

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela **Comissão Permanente de Licitações da Secretaria Municipal da Fazenda**, situada na Rua Líbero Badaró, nº 190 – 17º andar – Centro, São Paulo/ SP, Capital, CEP: 01008-000, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, objetivando a prestação do serviço descrito na Cláusula 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, **pelo acesso ao site** <https://www.gov.br/compras>, - UASG nº 925011, nas condições descritas neste Edital.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do site <http://e-negocioscidadesp.prefeitura.sp.gov.br> – Secretaria Municipal da Fazenda.

1. EMBASAMENTO LEGAL

1.1. O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. O presente pregão tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda, as condições e demais exigências estão estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II.

2.1.1. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda do equipamento.

2.2. Para formação da proposta de preço e inserção na plataforma COMPRASGOV, V.Sª deverá basear-se exclusivamente nos termos e informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas dos ITENS e demais condições do Anexo II.

2.3. O valor ser lançado no sistema COMPRASGOV corresponde ao valor total de todos os itens da proposta de preços.

3. VISTORIA

3.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.

3.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

3.2.1. Local: Rua Líbero Badaró, 190 – Ed. Othon – Centro, São Paulo – SP.

3.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.3.1. A vistoria deverá ser agendada com 48 Horas de antecedência, pelos telefones (11) 2873-7863 Vinicius, (11) 2873-7513 Robson ou por email vlavianna@sf.prefeitura.sp.gov.br, rdossantos@sf.prefeitura.sp.gov.br.

3.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.5. A empresa que optar por não realizar a vistoria, **DEVERÁ APRESENTAR A DECLARAÇÃO FORMAL**, (conforme modelo no **ANEXO VI**), renunciando à realização da vistoria do local, conforme prevê o art. 63, parágrafo 3º, da lei 14.133/2021.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar da licitação as empresas que:

a) atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.

a.1) As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.

b) tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

c) não estejam sob processo de falência;

c.1) Nos termos do artigo 52, inciso I da Lei Federal nº 11.101/05 e da decisão do E. Superior Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento Especial nº 309.867- ES (2013/0064947-3 – Rel. Min. Gurgel de Faria) poderão participar desta licitação as empresas em recuperação judicial ou extrajudicial, desde que demonstrem, na fase de habilitação, sua viabilidade econômica;

d) empresas constituídas em forma de consórcio (art. 15 da Lei 14.133/2021);

e) não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

f) não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Orientação Normativa PGM 03/2012 e jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça;

g) não se enquadrem nas seguintes vedações de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

g.1) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

g.2) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

g.3) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

g.4) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;

g.4.1) As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

g.5) Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição.

h) Fica vedada a participação de Cooperativa de mão de obra, que se enquadrem no que dispõem o artigo 10 do Decreto nº 62.100/2022 e Lei Municipal nº 15.944/2013.

4.2. As MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

4.2.1. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.1.1. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos



valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.2.1.2. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

4.3. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

4.4. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula "1" deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

5. ACESSO ÀS INFORMAÇÕES E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

5.1. Qualquer pessoa poderá solicitar **ESCLARECIMENTOS** ou **INFORMAÇÕES** relativas a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico cpl@sf.prefeitura.sp.gov.br, com cópia para fabianaoliveira@sf.prefeitura.sp.gov.br.

5.1.1. Os esclarecimentos e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5.2. Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular **IMPUGNAÇÕES** contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, mediante petição apresentada via e-mail, eletrônico cpl@sf.prefeitura.sp.gov.br, com cópia para fabianaoliveira@sf.prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.2.1. No ato da apresentação da impugnação é **obrigatório anexar ao e-mail** a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

- a) do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;
- b) do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2.2. Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

5.2.3. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.2.4. A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.2.5. Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.2.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.2.7. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO SISTEMA**, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o **VALOR DO PREÇO TOTAL ANUAL**, com duas casas decimais, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1. O VALOR SER LANÇADO NO SISTEMA COMPRASGOV CORRESPONDE AO VALOR TOTAL DE TODOS OS ITENS DA PROPOSTA DE PREÇOS.

6.2. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

6.3. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.

6.4. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

6.5. A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

6.6. Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessárias a prestação dos serviços. O preço ofertado será irrevogável e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.

6.7. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.

6.8. A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a **PROPOSTA DE PREÇOS** conforme disposto no **Item 10.7**, de acordo com os formulários que seguem como **Anexo III deste Edital**, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador e respectivo cargo na licitante.

6.8.1. Todas as informações e declarações deverão ser redigidas em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada e assinada por seu representante legal ou procurador e respectivo cargo na licitante.

6.8.2. Serão aceitas assinaturas por certificado digital.

6.9. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua apresentação.

7. ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.

7.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

7.3. Serão desclassificadas as propostas:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- b) que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- c) Estipule preços inexequíveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente.

7.4. A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.

7.5. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

7.6. Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8. ETAPA DE LANCES

8.1. Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.2. As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3. A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de R\$1,00 (um real)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4. A licitante poderá, **uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.**

8.5. As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7. Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8. No caso de haver a participação de **MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE** que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

8.8.1. Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE, o sistema utilizado verificará se ocorreu **EMPATE FICTO** previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

8.8.2. Em caso positivo, a MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.

8.8.3. Caso a MICROEMPRESA (ME) ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo aprazado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.

8.8.4. Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.9. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.10. Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/21, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.

8.11. Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar melhores condições.

8.12. Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.

8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

8.14. O licitante mais bem classificado deverá, **no prazo de 2 (duas) horas**, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a **PROPOSTA DE PREÇOS** adequada ao último lance ofertado após a negociação, além dos documentos de habilitação conforme item 11.7.

8.15. Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

9.1. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.

9.2. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO** a etapa de envio de lances **terá duração de 15 (quinze) minutos**.

9.3. Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará **AVISO DE FECHAMENTO** iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.4. Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas **com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos**, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

9.6. Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10. JULGAMENTO

10.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto.

10.2. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação.

10.3. É recomendável, nesta fase, que sejam **consultados os cadastros previstos no item 11.8.8**, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.

10.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o Pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.

10.5. Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do **item 6.8**.

10.6. Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.

10.7. Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta anexar no sistema eletrônico, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação, a **PROPOSTA DE PREÇO, ANEXOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** conforme item 11.7, com o valor do preço final alcançado.

10.8. O Pregoeiro deverá verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço, inclusive quanto aos preços unitários, alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.

10.9. Em caso de incompatibilidade de algum valor unitário com os parâmetros da Administração, estes poderão ser negociados com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, sem possibilidade de majoração do preço final alcançado na fase de lances.

10.10. Se o preço alcançado ensejar dúvidas quanto a sua exequibilidade, poderá o Pregoeiro determinar à licitante que demonstre a sua viabilidade, sob pena de desclassificação, por meio de documentação complementar que comprove a capacidade da licitante em fornecer o objeto licitado pelo preço ofertado e nas condições propostas no Edital.

10.11. Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o Pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.12. Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.

11.2. Caso os dados e informações constantes do SICAF não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de alcançar os documentos por meio eletrônico, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.

11.2.1. Sob pena de desclassificação, a licitante, cuja oferta foi aceita, deverá anexar no sistema eletrônico a **PROPOSTA DE PREÇOS, ANEXOS** e a documentação exigida no subitem 11.7, no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

11.3. A documentação relativa a **Habilitação Jurídica** sempre deverá ser encaminhada pela licitante, para identificar os sócios/representantes que subscrevem a proposta e demais documentos por ela emitidos.

11.4. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio alcançarão dos documentos exigidos no subitem 11.7 deste Edital, por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema os demais documentos não emitidos via Internet.

11.4.1. Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.

11.5. Tratando-se de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

11.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.6. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.

11.6.1. Por meio de aviso lançado no sistema, via "CHAT", o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.

11.7. A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.7.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

d) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

e) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

11.7.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.7.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante;

d.1) No caso da licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

g) Certidão Negativa de Débitos Tributários Mobiliários, relativos ao Município de São Paulo, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda;

g.1) Caso a licitante não esteja cadastrada como contribuinte neste Município, deverá apresentar declaração firmada pelo seu representante legal/procurador, sob as penas da lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo, relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada, conforme modelo do **Anexo V**.

11.7.2.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.7.2.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.7.2.3. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.7.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

d) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um) ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

e) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo Licitante, conforme **ANEXO VII**.

11.7.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido (s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b) O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), comprovando a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva em gerador, objeto desta licitação.

c) Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

c.1) Comprovação que já executo contrato com quantitativo mínimo de até 50% (cinquenta por cento).

d) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

e) Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do atestado de capacidade técnica.

f) Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA.

11.7.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

- a) Comprovação da licitante de possuir em seu corpo técnico, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado pelo CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT , expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, ou ainda, para empresa privada, serviços de características técnicas de complexidade do objeto da presente licitação.
- b) A comprovação do vínculo entre o(s) profissional(is) e a licitante poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho, do livro de registro ou de contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa;
- c) A comprovação técnica dos profissionais deverá ser comprovada com cópia da carteira profissional (CREA).
- d) O Contratada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11.7.6. OUTROS DOCUMENTOS:

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;
- c) Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.
- d) Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Declaração que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- f) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social conforme inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021;
- f.1) Será realizada consulta junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (<https://certidoes.sit.trabalho.gov.br/pcdreab>), e no caso da certidão apresentar percentual inferior do previsto no art. 93 da Lei 8.213/91, a empresa será inabilitada.
- g) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

11.7.6.1. As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no **ANEXO IV do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.**

11.8. A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições gerais que seguem:

11.8.1. Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.8.2. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.8.3. Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.8.4. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8.4.1. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

11.8.4.2. Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante

11.8.5. Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

11.8.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

11.8.7. Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

11.8.8. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;

c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/sancoes.aspx;

d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;

e) Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;

11.8.8.1. As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.

11.9. Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.9.1. Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.9.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.9.2. Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.9.3. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.9.4. Após o envio dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.9.5. Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12. FASE RECURSAL

12.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento, a apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo, no endereço constante do preâmbulo deste Edital, das 08h00 às 17h00, observados os prazos estabelecidos no subitem 12.1.

12.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

12.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

12.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

12.7. O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. PREÇO, DOTAÇÃO E REAJUSTE

14.1. As cláusulas relativas ao preço, repactuação, dotação orçamentária e reajuste são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

15. CONDIÇÕES DO AJUSTE E GARANTIA PARA CONTRATAR

15.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante termo de contrato, a ser firmado entre as partes, conforme minuta do Anexo I deste Edital.

15.1.1. Para a formalização do ajuste a empresa adjudicatária do objeto da licitação deverá apresentar os documentos já exigíveis por ocasião da habilitação, aqueles necessários à contratação, atualizados, caso solicitados.

15.1.2. Como condição à contratação, ainda, **deverá restar comprovado que a empresa a ser contratada não possui pendências junto ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL**, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, que disciplinam que a inclusão no CADIN impedirá a empresa de contratar com a Administração Municipal.

15.2. O prazo para assinatura do Contrato será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação da convocação da adjudicatária no Diário Oficial da Cidade (D.O.C.), sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções descritas no Item 18 deste edital.

15.2.1. O prazo para formalização do ajuste, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito, durante seu transcurso e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

15.2.2. O Contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

15.3. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.

15.3.1. Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

15.3.2. O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras> – UASG 925011 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

15.3.3. Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

15.4. A adjudicatária:

a) deverá arcar fiel e regularmente com todas as obrigações trabalhistas dos empregados que participem da execução do objeto contratual.

b) deverá enviar à Administração e manter atualizado o rol de todos os funcionários que participem da execução do objeto contratual.

15.5. Deverá ser prestada a **GARANTIA** conforme consta da minuta do termo de contrato, Anexo I deste Edital.

16. VIGÊNCIA CONTRATUAL

16.1. As cláusulas relativas à vigência contratual são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

17. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO

17.1. As cláusulas relativas ao recebimento dos serviços e pagamento são as constantes da minuta de termo de contrato, Anexo I deste Edital.

17.2. Observar-se-á o quanto disposto na Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 62.100, de 27 de dezembro de 2022, a respeito da nomeação de fiscais e acompanhamento da execução, até o seu término.

18. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Capítulo VI, Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

18.1.1. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

18.2. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

18.2.1. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

18.3. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 18.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

18.4. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a execução do contrato, as multas serão aplicadas conforme descrito no Anexo I – Minuta Termo de Contrato. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

18.5. Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos do artigo 157 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados.

18.5.1. Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.

18.6. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.7. São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro **poderá** sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

19.2. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

19.3. As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.4. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.

19.4.1. A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

19.5. A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

19.6. O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/21, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.

19.7. A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.8. O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se trate de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21.

19.9. Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.

19.10. Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata da licitação e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.

19.11. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

19.12. A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

19.13. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.

19.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/21.

19.15. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.

19.16. Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.

19.17. O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade (<https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>) e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

19.18. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.

19.19. Qualquer divergência entre as especificações contidas no Anexo II do Edital e as constantes no catálogo afeto ao sistema COMPRASGOV, **PREVALECERÃO PARA TODOS OS EFEITOS AS DO ANEXO II.**

19.20. O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/>.

19.21. As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 62.100/22.

19.22. Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

FABIANA APARECIDA OLIVEIRA
PEREIRA: [REDACTED]
PEREIRA: [REDACTED]

Assinado de forma digital por
FABIANA APARECIDA OLIVEIRA
PEREIRA: [REDACTED]
Dados: 2025.09.12 12:02:30
-03'00'

FABIANA A O PEREIRA – Pregoeira

Secretaria Municipal da Fazenda – UASG 925011



ANEXO I – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO SF Nº

PROCESSO: 6017.2025/0019665-4

PREGÃO ELETRONICO Nº 90010/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de São Paulo – Secretaria Municipal da Fazenda

CONTRATADA:

VALOR DO CONTRATO:

O Município de São Paulo, por sua **Secretaria Municipal da Fazenda**, inscrita no CNPJ sob o nº 46.392.130/0001-18, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 190 – Edifício Othon – 17º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP 01008-000, neste ato representado pelo Coordenador da Coordenadoria de Administração, Senhor **DANILO HATSUMURA**, adiante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na, neste ato representada por (nome e função no contratado e CPF), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, adiante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos da autorização contida no despacho SEI XXXXX, do processo citado na epígrafe, têm entre si, justo e acordado o presente contrato, na conformidade das condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

1.2. Deverão ser observadas as especificações e condições de prestação de serviços constantes do Termo de Referência e seus anexos, parte integrante deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL E DO INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços serão prestados nas dependências do Edifício Othon, Rua Líbero Badaró, Nº 190, Centro – São Paulo – SP, CEP 01008-000.

2.2. O início da execução dos serviços será em até 05 (cinco) dias úteis da emissão da ordem de início.

2.3. Os técnicos da CONTRATADA, quando estiverem prestando serviço nas dependências, deverão estar uniformizados e portando crachá de identificação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. A descrição detalhada das rotinas de manutenção preventiva e corretiva encontram-se detalhadas no termo de referência.

3.2. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os insumos e ferramentas necessários, sem ônus adicional a Contratante.

3.3. A CONTRATADA deverá fornecer combustível sempre que necessário, a fim de se evitar paradas do equipamento, conforme condições especificadas no Termo de Referência.

3.3.1. A CONTRATADA deverá manter o grupo gerador abastecido em sua capacidade máxima de 100%, realizando o abastecimento quantas vezes forem necessárias.

3.4. É de responsabilidade da CONTRATADA todas as peças do grupo gerador sem ônus para a Contratante.

3.5. Os prazos para os serviços e atendimento de chamados constam no item 8.2 do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa da CONTRATADA informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que a CONTRATADA mantém as condições iniciais de habilitação.

4.3. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

4.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

4.7. Quando do término da vigência contratual, caso seja requisitado pela Secretaria Municipal da Fazenda, a CONTRATADA manifesta desde já sua concordância em continuar a execução dos serviços, nas mesmas condições, por um período de até 90 (noventa) dias, ou até o término de nova licitação e contratação, o que ocorrer primeiro, formalizando-se a prorrogação por meio de aditivo contratual, a fim de evitar a solução de continuidade da prestação dos serviços, observado o limite previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO, DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E REAJUSTE

5.1. O valor total estimado da presente contratação para o período de 12 (doze) meses é de R\$ _____ (_____).

5.1.1. O valor mensal estimado da presente contratação é de R\$ _____ (_____).

5.1.2. Todos os custos e despesas necessários à correta execução do ajuste estão inclusos no preço, inclusive os referentes às despesas trabalhistas, previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, em conformidade com o estatuído no edital e seus anexos, constituindo a única remuneração devida pela CONTRATANTE à CONTRATADA.

5.2. Para fazer às despesas do Contrato, foram emitidas as notas de empenho nº, no valor de R\$(.....), onerando as dotações orçamentárias nº **17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.39.00.00.1.500.9001.1** relativas aos itens 1 e 2, e **17.10.04.122.3024.2.100.3.3.90.30.00.00.1.500.9001.0** para o item 3 do orçamento vigente, respeitado o princípio da anualidade orçamentária, devendo as despesas do exercício subsequente onerarem as dotações do orçamento próprio.

5.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

5.3.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, nos termos da Portaria SF nº 389 de 18 dezembro de

2017 pelo equivalente ao Índice de Preços ao Consumidor – IPC, apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.3.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.3.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.3.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.3.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.3.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da **CONTRATADA**:

a) Executar regularmente o objeto deste ajuste, respondendo perante a CONTRATANTE pela fiel e integral realização dos serviços contratados;

b) Garantir total qualidade dos serviços contratados;

c) Executar todos os serviços objeto do presente contrato, obedecendo as especificações e obrigações descritas no Termo de Referência e seus anexos do Edital de Licitação, que precedeu este ajuste e faz parte integrante do presente instrumento;

d) Fornecer mão de obra necessária, devidamente selecionada para o atendimento do presente contrato, verificando a aptidão profissional, antecedentes pessoais, saúde física e mental e todas as informações necessárias, de forma a garantir uma perfeita qualidade e eficiência dos serviços prestados;

e) Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

f) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

g) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

h) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021);

i) Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, adotando as precauções necessárias à execução dos serviços, fornecendo os equipamentos de proteção individual (EPI) exigidos pela legislação, respondendo por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de tais fatos;

j) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE;

k) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço

l) Responder por todo e qualquer dano que venha a ser causado por seus empregados e prepostos, à CONTRATANTE ou a terceiros, podendo ser descontado do pagamento a ser efetuado, o valor do prejuízo apurado;

m) Manter, durante o prazo de execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

o) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

p) Prestar a garantia dos serviços conforme prazos estabelecidos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6.1.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, no todo, o objeto do contrato, a terceiros, sob pena de rescisão.

6.1.1.1. A subcontratação parcial do objeto, poderá ser autorizada pela fiscalização do contrato, quando devidamente motivada pela CONTRATADA, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do objeto, devendo observar as normas previstas no art. 122 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. A **CONTRATANTE** se compromete a executar todas as obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos do Edital, cabendo-lhe especialmente:

a) Cumprir e exigir o cumprimento das obrigações deste contrato e das disposições legais que a regem;

b) Realizar o acompanhamento do presente contrato, comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas;

c) Proporcionar todas as condições necessárias à boa execução dos serviços contratados, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e ou endereço de cobrança;

d) Exercer a fiscalização dos serviços, indicando, formalmente, o gestor e/ou o fiscal, nos termos do Decreto Municipal nº 62.100/2022, para acompanhamento da execução contratual;

e) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, podendo solicitar o seu encaminhamento por escrito;

f) Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido no presente contrato;

g) Aplicar as penalidades previstas neste contrato, em caso de descumprimento pela CONTRATADA de quaisquer cláusulas estabelecidas;

h) Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições requeridas para a contratação;

i) Atestar mensalmente a execução e a qualidade dos serviços prestados, indicando qualquer ocorrência havida no período, se for o caso, em processo próprio, onde será juntada a Nota Fiscal/Fatura a ser apresentada pela CONTRATADA, para fins de pagamento;

j) Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem crachá, que embarçar ou dificultar a fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente, bem assim a substituição de equipamentos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas.

6.2.1. A fiscalização dos serviços pelo **CONTRATANTE** não exime, nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

6.2.2. A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO

7.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, a contar da data da entrega de cada nota fiscal ou nota fiscal fatura, nos moldes da Portaria SF 275/2024.

7.1.1. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

7.1.2. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

7.1.2.1. Para fins de cálculo da compensação financeira, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu

7.1.2.2. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

7.2. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os decorrentes de multas.

7.3. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

7.4. A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos elencados na Portaria SF 275/2024.

7.4.1. Antes do pagamento a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

7.4.2. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

7.4.3. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 7.4.2, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

7.5. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

7.6. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

7.7. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. A execução dos serviços será feita conforme o termo de referência e demais anexos do edital da licitação que precedeu este ajuste, e dele faz parte integrante para todos os fins.

8.2. A execução dos serviços objeto deste contrato deverá ser atestada pelo responsável pela fiscalização, pela CONTRATANTE, atestado esse que deverá acompanhar os documentos para fins de pagamento conforme cláusula sétima.

8.2.1. A fiscalização será exercida de acordo com o Decreto Municipal nº 62.100/2022.

8.3. O objeto contratual será recebido consoante as disposições do artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21 e demais normas municipais pertinentes.

8.4. O objeto contratual será recebido mensalmente mediante relatório de medição dos serviços executados no mês, emitido pela CONTRATADA, sendo tal relatório submetido à fiscalização da CONTRATANTE, que, após conferência, atestará se os serviços foram prestados a contento, atestado esse que deverá ser acompanhado de fatura ou nota-fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da nota de empenho, para fins de pagamento.

8.5. Havendo inexecução de serviços, o valor respectivo será descontado da importância mensal devida à CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observados os trâmites legais e os princípios do contraditório e ampla defesa.

8.5.1. O recebimento e aceite do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA por vícios de quantidade ou qualidade dos serviços, materiais ou disparidades com as especificações estabelecidas no termo de referência.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.

9.2. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,

b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

9.3. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido para contratação, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;

b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura

9.4. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

9.5. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa.

9.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia sobre o valor total do ajuste, em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência a 10 (dez) dias. Após 10 (dez) dias de atraso será considerada inexecução parcial do contrato;

c) Multa de 1% (um por cento), por dia sobre o valor total do ajuste, em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência do 11º (décimo primeiro) ao 20º (vigésimo) dia. Após o vigésimo dia será considerada inexecução total do ajuste;

d) Multa de 2% (dois por cento), sobre o valor total do ajuste, por não manter as mesmas condições da contratação quanto a regularidade fiscal e trabalhista, e na reincidência será aplicado o dobro;

e) Multa de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total do ajuste, por deixar de apresentar garantia contratual nos termos estipulados na contratação (seja inicial, reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 20% (vinte por cento). O atraso superior a 20 (vinte) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

f) Multa de 3% (três por cento), sobre o valor total do contrato, por descumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADA para a qual não haja penalidade específica, por ocorrência e, na reincidência, será aplicado o dobro;

g) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do ajuste, por inexecução parcial do contrato;

h) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do ajuste, no caso de rescisão do acordo, por culpa da CONTRATADA, inclusive por inexecução total do contrato, devida e previamente demonstrada a falta cometida à CONTRATADA;

i) Multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, por deixar de comunicar à Secretaria a ocorrência de incidente de segurança; deixar de cumprir determinação da Secretaria para corrigir deficiências

nos processos de tratamento; realizar transferência de dados da Secretaria a terceiros sem expressa autorização e deixar de cumprir determinação da Secretaria para o exercício de direito de titular de dados;

j) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor total do contrato por descumprimento dos itens 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.2.4 do Termo de Referência;

k) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento dos itens 8.2.5, 8.2.6 do Termo de Referência;

l) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento dos itens 8.2.7 e 8.2.8 do Termo de Referência;

m) Multa de 6% (seis por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento dos itens 8.2.9 e 8.2.10 do Termo de Referência;

n) Multa de 3% (três por cento), sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento dos itens 8.2.11 e 8.2.13 do Termo de Referência;

9.7. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

9.7.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.8. Caso a CONTRATANTE releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições da contratação.

9.9. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, "caput" e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.11. São aplicáveis à presente contratação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

9.12. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

9.14. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, quando exigida.

9.15. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da comunicação oficial.

9.16. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

9.17. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

9.18. Caso haja rescisão, a mesma atrai os efeitos previstos no artigo 139, incisos I e IV, da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. O presente contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, do Decreto Municipal nº 62.100/2022 e das demais normas complementares aplicáveis

10.2. O ajuste poderá ser alterado nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal 14.133/21.

10.3. A CONTRATANTE se reserva o direito de promover a redução ou acréscimo do ajuste, nos termos do art. 125 da Lei Federal 14.133/21.

10.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

10.5. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

10.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA

11.1. Para execução deste contrato, apresentou-se documento comprobatório da garantia sob o nº no valor de R\$, correspondente ao importe de do valor total do contrato, sob a modalidade, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.1.1. Sempre que o valor contratual for aumentado ou o contrato tiver sua vigência prorrogada, a CONTRATADA será convocada a reforçar a garantia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, de forma a que corresponda sempre a mesma percentagem estabelecida.

11.1.2. O não cumprimento do disposto na cláusula supra, ensejará aplicação da penalidade estabelecida na cláusula nona deste contrato.

11.2. A garantia exigida pela Administração poderá ser utilizada para satisfazer débitos decorrentes da execução do contrato, inclusive nos termos da Portaria SF 338/2021, e/ou de multas aplicadas à empresa CONTRATADA.

11.3. A garantia contratual será devolvida após a lavratura do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, mediante requerimento da CONTRATADA, nos termos da Portaria SF 338/2021.

11.4. A garantia poderá ser substituída, mediante requerimento da interessada, respeitadas as modalidades referidas no artigo 96, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.5. A validade da garantia prestada, em seguro-garantia ou fiança bancária, deverá ter validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias, além do prazo estimado para encerramento do contrato, por força da Portaria SF 338/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DO TRATAMENTO DE DADOS

12.1. As informações que a CONTRATANTE fornecer, a seu exclusivo critério, para fins de execução do objeto contratual, serão mantidas em sigilo pela CONTRATADA e seus prepostos, comprometendo a CONTRATADA a:

a) Usar as informações para o único propósito de executar os serviços contratados;

b) Revelar as informações apenas para os membros de sua organização, necessários à condução do serviço contratado e requerer a eles que também mantenham o caráter confidencial dessas informações;

c) Obrigar-se a tratar como “segredos comerciais e confidenciais”, e não fazer uso comercial de quaisquer informações e dados fiscais e tributários relativos aos serviços ora contratados, utilizando-os apenas para as finalidades previstas, não podendo revelá-los ou facilitar a sua revelação a terceiros, assim como não manter cópias ou arquivos após o término do serviço (dados protegidos pelo sigilo fiscal, conforme art. 198 da Lei Federal n.º 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional)

12.2. As obrigações de confidencialidade previstas no item 12.1 estendem-se aos funcionários, servidores, prestadores de serviços, prepostos e/ou representantes da CONTRATADA.

12.3. A obrigação de confidencialidade permanecerá após o término da vigência deste Contrato e sua violação ensejará a aplicação à parte infratora da multa contratual prevista na Cláusula Nona deste instrumento, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

12.4. Quaisquer tratamentos de dados pessoais realizados no bojo do presente CONTRATO, ou em razão dele, deverão observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e de normas complementares expedidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados e pela CONTRATANTE.

12.5. Havendo necessidade de compartilhamento de dados pessoais no âmbito deste CONTRATO, serão transferidos apenas os dados estritamente necessários para a perfeita execução do objeto contratual, os quais deverão ser utilizadas apenas para tal fim.

12.6. O compartilhamento de dados, quando necessário, dar-se-á sempre em caráter sigiloso, sendo vedado à CONTRATADA transferir ou de qualquer forma disponibilizar as informações e os dados recebidos da CONTRATANTE a terceiros sem expressa autorização da CONTRATANTE.

12.7. No caso de transferência de dados a terceiros, previamente autorizada pela CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá submeter o terceiro às mesmas exigências estipuladas neste instrumento no que se refere à segurança e privacidade de dados.

12.8. A CONTRATADA deverá eliminar quaisquer dados pessoais recebidos em decorrência deste CONTRATO sempre que determinado pela CONTRATANTE e, com expressa anuência da CONTRATANTE, nas seguintes hipóteses:

a) os dados se tornarem desnecessários;

b) término de procedimento de tratamento específico para o qual os dados se faziam necessários;

c) fim da vigência contratual

12.9. A CONTRATADA deverá adotar e manter mecanismos de segurança e prevenção, técnicos e administrativos aptos a proteger os dados pessoais compartilhados de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, obrigando-se a proceder às adequações demandadas pela CONTRATANTE com o fim de resguardar a segurança e o sigilo dos dados.

12.10. A CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão registrar todas as atividades de tratamento de dados pessoais realizadas em razão deste CONTRATO.

12.11. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE, por meio do fiscal do contrato e no prazo máximo de 24 horas da ciência do fato, a ocorrência de qualquer situação que possa acarretar potencial ou efetivo risco ou dano aos titulares dos dados pessoais, e/ou que não esteja de acordo com os protocolos e normas de proteção de dados pessoais.

12.12. A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE todas as informações e documentos necessários para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas nesta SEÇÃO, permitindo e contribuindo, conforme conveniência e oportunidade da CONTRATANTE, para eventuais auditorias conduzidas pela CONTRATANTE ou por quem por esta autorizado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PUBLICAÇÃO

13.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

16.2. Todas as comunicações, avisos ou pedidos, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente contrato, serão dirigidos aos seguintes endereços:

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

16.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e/ou municipais que as autorizem.

16.4. Fica a CONTRATADA ciente de que a assinatura deste termo de contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as condições gerais e peculiares de seu objeto, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto aos mesmos, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

16.5. A Administração reserva-se o direito de executar através de outras contratadas, nos mesmos locais, serviços distintos dos abrangidos na presente contratação.

16.6. A CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.7. No ato da assinatura deste instrumento foram apresentados todos os documentos exigidos no edital.

16.8. Ficam fazendo parte integrante deste instrumento, para todos os efeitos legais, o edital da licitação que deu origem à contratação, com seus Anexos, Proposta da CONTRATADA e a ata da sessão pública.

16.9. O presente ajuste, o recebimento de seu objeto, suas alterações e rescisão obedecerão a o Decreto Municipal n.º 62.100/22, Lei Federal n.º 14.133/21 e demais normas pertinentes, aplicáveis à execução dos serviços e especialmente aos casos omissos.

16.10. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Fica eleito o foro desta Comarca para todo e qualquer procedimento judicial oriundo deste Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha a ser.

E para firmeza e validade de tudo quanto ficou estabelecido, lavrou-se o presente termo de contrato, em 03 (três) vias de igual teor, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado e rubricado pelas partes contratantes e duas testemunhas presentes ao ato.

São Paulo, datado e assinado digitalmente.

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA – LICITAÇÃO

Processo Administrativo SEI nº (6017.2025/0019665-4)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” da Lei n. 14.133/2021).

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será realizado conforme a demanda, com pagamento sob demanda.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
1	Grupo Gerador Stamac, Linha Diesel, com potência de standby 500 KVA / 400 KWe, – em carga 455 KVA / 364 KWe, (Emergência / Principal / Contínua), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 200 / 127 Vca em 60 HZ, para funcionamento singelo e automático.	1
2	Reparo da bobina auxiliar	1
3	Fornecimento de combustível	650 litros / mensal

1.1.1. Os serviços de manutenção incluem manutenções preventivas mensais e corretivas de problemas detectados ou informados pela fiscalização.

1.1.2. A atividade de manutenção atende a todos os componentes que compõem o sistema do grupo gerador (Motor, alternador, Quadros de transferência, Sistema de exaustão).

- 1.1.3. O item 2 da tabela 1.1 será motivo de pagamento único, sendo de responsabilidade da CONTRATADA realizar o reparo do equipamento conforme item 7.5 e seus subitens.
 - 1.1.4. Após o conserto da bobina e o pagamento único conforme item 1.1.3, a mesma a passa a ser responsabilidade da contratada sem pagamento adicionais.
 - 1.1.5. O pagamento do item 1.1.3 será conforme a Portaria SF 275/2024.
 - 1.1.6. A CONTRATADA será responsável por realizar o fornecimento do combustível, sendo pago conforme demanda, conforme item 7.2.
 - 1.1.7. A estimativa de consumo de combustível não impõe à CONTRATANTE a obrigação de adquirir a quantidade total prevista mensalmente.
 - 1.1.8. A quantidade estimada no item 3 da tabela do item 1.1 refere se ao período de interrupção de aproximadamente 18 (dezoito) horas, visto que o equipamento em carga tem um consumo aproximado de 36 Litros / hora.
 - 1.1.9. A CONTRATADA deverá manter o grupo gerador abastecido em sua capacidade máxima de 100%, realizando o abastecimento quantas vezes forem necessárias.
- 1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
 - 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.
 - 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o equipamento e fundamental para manter os serviços e estações de trabalho em pleno funcionamento, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.
 - 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnicos Preliminares – ETP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c')

- 3.1.** O sistema de gerador é uma solução projetada para garantir o fornecimento de energia aos elevadores, sistema de Nobreaks e partes da iluminação do prédio e andares de atendimento aos contribuintes, em situações de queda ou falhas no abastecimento da concessionária. Além disso, o sistema deve assegurar uma operação contínua e confiável em situações emergenciais.
- 3.2.** Inclui a manutenção preventiva e corretiva do grupo gerador Stemac de 500KVA, bem como todos os componentes do sistema, incluindo os quadros de transferência automática.
- 3.3.** A manutenção deverá ser executada por profissionais qualificados e obedecer aos intervalos recomendados pelos fabricantes.
- 3.4.** O reparo da bobina auxiliar do equipamento deverá ser realizado em conformidade com as especificações técnicas originais do fabricante, garantindo o restabelecimento pleno de sua funcionalidade. Todos os componentes utilizados no reparo devem ser originais, assegurando a segurança, eficiência e durabilidade do equipamento.
- 3.5.** A solução engloba a substituição de peças desgastadas ou danificadas, sem ônus adicional a CONTRATANTE, bem como a realização de testes periódicos para garantir o funcionamento adequado do sistema. Qualquer peça de reposição utilizada deve ser original, de acordo com as especificações técnicas dos fabricantes.
- 3.5.1.** Será admitido a substituição por similar de boa qualidade, quando justificada, fundamentada e aceita pela fiscalização, mantendo os serviços e os equipamentos dentro dos padrões recomendados pelos fabricantes.
- 3.6.** A atualização tecnológica do sistema será considerada durante o ciclo de vida, incluindo possíveis melhorias de eficiência energética, com o objetivo de aumentar a longevidade do equipamento e reduzir custos operacionais.
- 3.7.** O sistema deve ser monitorado regularmente para detecção antecipada de falhas ou anomalias, garantindo a proatividade na solução de problemas e evitando paralisações inesperadas.
- 3.7.1.** Se julgar necessário, a CONTRATANTE poderá pedir pela modernização do sistema de controle e monitoramento do sistema, a fim de se evitar falhas no acionamento do equipamento.
- 3.8.** Especificação detalhada do objeto:
- 3.8.1.** Motor
- A) Motor VOLVO, modelo TAD1344GE;
 - B) Injeção direta, 4 tempos e refrigerado a água por radiador;
 - C) Turbo Alimentado;

- D) Alternador para carga da bateria e motor de partida em 24 Vcc;
- E) Regulagem de velocidade eletrônica;
- F) Sensor para detecção da redução do nível d'água do radiador do motor.
- G) Tanque de 250 litros de capacidade

3.8.2. Alternador:

- A) Síncrono, sem escovas (Brushless), trifásico, classe de isolamento H, com impregnação a vácuo, ligação estrela com neutro acessível, 4 polos, de mancal único com acoplamento por discos flexíveis, enrolamento do estator com passo encurtado, com excitatriz rotativa alimentada por bobina auxiliar e regulador eletrônico de tensão instalada junto ao alternador;
- B) Tensão nominal 220 V, 60 Hz;
- C) Grau de proteção IP21.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd' da Lei nº 14.133/21)

4.1. Sustentabilidade

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.2. Fluidos.

4.1.3. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 alterada pela Resolução CONAMA nº 450, de 6 de março de 2012. A contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.1.4. Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 alterada pela Resolução CONAMA nº 450, de 6 de março de 2012, e legislação correlata;

- 4.1.5.** Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 alterada pela Resolução CONAMA nº 450, de 6 de março de 2012, e legislação correlata;
- 4.1.6.** Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 alterada pela Resolução CONAMA nº 450, de 6 de março de 2012, e legislação correlata.
- 4.1.7. Baterias**
- 4.1.8.** A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 alterada pela Resolução nº 424, de 2010, e legislação correlata
- 4.1.9.** Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008 alterada pela Resolução nº 424, de 2010, tais como:
- 4.1.10.** Lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
- 4.1.11.** Queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
- 4.1.12.** Lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.2. Subcontratação

- 4.2.1. Será admitida a subcontratação apenas para o fornecimento do diesel, item 7.2.

4.3. Garantia da contratação

- 4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual e condições descritas no contrato.
- 4.3.1.2. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato
- 4.3.1.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

5. Vistoria

- 5.1.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas.
- 5.1.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 5.1.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.1.3.0. A vistoria deverá ser agendada com 48 Horas de antecedência, pelos telefones (11) 2873-7863 Vinicius, (11) 2873-7513 Robson ou por email vlavianna@sf.prefeitura.sp.gov.br , rrdossantos@sf.prefeitura.sp.gov.br.
- 5.1.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 5.1.5. A empresa que optar por não realizar a vistoria, deverá apresentar atestado formal, (conforme modelo no ANEXO I deste TR), renunciando à realização da vistoria do local, conforme prevê o art. 63, parágrafo 3º, da lei 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021).

6.1. Condições de execução

6.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 6.2.1. Início da execução do objeto:
- 6.2.2. Em até 05 dias úteis da emissão da ordem de início.
- 6.2.3. Disponibilizar meio de comunicação, número de telefone – direto, central de serviços ou serviço 0800, 7 (sete) dias da semana para abertura de chamados.
- 6.2.4. Os técnicos da CONTRATADA, quando estiverem prestando serviço nas dependências, deverão estar uniformizados e portando crachá de identificação;

6.3. Local da prestação dos serviços

- 6.3.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço na sede da Secretaria Municipal da Fazenda localizada, na rua Líbero Badaró, 190, CEP: 01008-000, Centro São Paulo – SP.

6.4. Manutenção preventiva e corretiva

- 6.4.1. A Contratada deverá realizar as manutenções preventivas mensais e corretivas de problemas detectados ou informados pela fiscalização, assim como a substituição de peças e componentes que o compõem.
- 6.4.2. A CONTRATADA será responsável por realizar todas as intervenções que sejam necessárias para o correto funcionamento do grupo gerador, devendo ela seguir todas as normas estabelecidas pelo fabricante do equipamento para execução do serviço.

6.5. Manutenção preventiva

- 6.5.1. Os serviços de Manutenção preventiva deverão ser executados, no mínimo, de acordo com a listagem de serviços abaixo, podendo haver outros aqui não listados, mas que são essenciais a uma perfeita preservação dos equipamentos, devendo a CONTRATADA executá-los independentemente de estarem ou não explicitamente relacionados neste instrumento;

6.5.2. Frequência Mensal

- a) Verificar e completar se necessário o nível de óleo e líquido de arrefecimento;
- b) Verificar se há vazamentos de óleo, líquido de arrefecimento e combustível;
- c) Verificar a operação dos aquecedores do líquido de arrefecimento do motor;
- d) Verificar o sistema de carga da bateria;
- e) Verificar e desobstruir se necessário a entrada no filtro de ar;
- f) Dar partida e operar o gerador por pelo menos 20 minutos sem carga, verificando se há vibrações, ruídos e escape de gases incomuns, vazamento de combustível e de líquido de arrefecimento durante a operação do grupo gerador;
- g) Verificar se há restrições no radiador, vazamentos de líquido de arrefecimento, mangueiras deterioradas, correias do ventilador soltas e deterioradas;
- h) Verificar se há furos, vazamentos e conexões soltas no sistema de filtro de ar;
- I) Verificar a tensão das baterias em modo “stand by”;
- j) Efetuar a limpeza do medidor de nível de combustível.
- k) Deve ser realizado teste nos quadros de transferência.
- l) Efetuar teste com carga do equipamento por um período de no mínimo 60 (sessenta) minutos.

6.5.3. Frequência Anual

- a) Verificar o cubo do ventilador, polias e a bomba d’água;
- b) Substituir todo o óleo lubrificante do motor;
- c) Substituir o(s) filtro(s) de óleo do motor;
- d) Substituir todo o líquido de arrefecimento;
- e) Substituir o(s) filtro(s) do circuito de arrefecimento;
- f) Limpe e substitua o filtro(s) de respiro do Carter;

- g) Substituir o filtro de combustível, drenando os sedimentos dos tanques;
- h) Inspeccionar e substituir, se necessário as mangueiras flexíveis;
- i) Verificar o tirante do governador;
- j) Verificar os controles elétricos e alarmes de segurança;
- k) Limpar externamente todo o grupo gerador, removendo o acúmulo de graxa, óleo e sujeira;
- l) Verificar a fiação de distribuição de energia, reapertando conexões, disjuntores e comutadores de transferência e seus quadros;
- m) Simular uma queda de energia da rede elétrica para testar a capacidade de o grupo gerador dar a partida e assumir a carga nominal;
- n) Verificar a operação dos comutadores de transferência automática, chave de comutação e controles associados;
- o) Verificar o respiro do tanque;
- p) Verificar os parafusos do coletor de admissão e do turbo compressor, reapertando-os se necessário;
- q) Apertar as ferragens de montagem do grupo gerador;
- r) Limpar a caixa de saída e o quadro de controle do gerador. Verificar conectores e desapertá-los se necessário;
- s) Medir e anotar as resistências de isolamento dos enrolamentos do gerador;
- t) Verificar a operação das cintas do aquecedor e lubrifique os rolamentos;
- u) Verificar o funcionamento do disjuntor principal do gerador operando-o manualmente. Teste a unidade de rearme de acordo com as instruções do fabricante.
- v) Opere o gerador por pelo menos 3 horas (sendo 01 uma hora sob carga com valor aproximado do valor nominal);
- w) Realizar testes de isolamento do grupo gerador obedecendo a Norma ANSI/IEEE 43;
- x) A CONTRATADA deverá realizar a limpeza do tanque de combustível.
- y) Deverá ser realizado a limpeza interna dos componentes dos quadros de transferência.

6.6. Manutenção corretiva

- 6.6.1.** A manutenção Corretiva tem por objetivo o restabelecimento do equipamento ao seu funcionamento normal, após falha ou mal funcionamento, garantindo a continuidade das operações.
- 6.6.2.** A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados à CONTRATANTE.
- 6.6.3.** Deverá haver suporte sempre que os técnicos não conseguirem solucionar problemas referentes à operação do grupo gerador objeto desse presente contrato.
- 6.6.4.** A CONTRATADA tem a obrigação de obter solução definitiva para os problemas relatados.
- 6.6.5.** Entende-se por solução definitiva o reparo, substituição ou correção de um problema de modo que as funcionalidades originais são restabelecidas.
- 6.6.6.** Em caso de necessidade de reparos externos, ou substituição de equipamentos, a CONTRATADA deverá providenciar uma solução temporária, a fim de se evitar a interrupção total do grupo gerador.
- 6.6.7.** Entende-se por solução temporária o restabelecimento parcial da funcionalidade do grupo gerador, de forma que, apesar de haver prejuízo no andamento normal das atividades de um sistema ou componente, seu funcionamento não foi interrompido de forma crítica.
- 6.6.8.** Ao término de cada manutenção corretiva, a CONTRATADA deverá gerar um relatório contendo informações detalhadas sobre as condições do equipamento, das instalações e do ambiente, bem como recomendações técnicas pertinentes.
- 6.6.9.** Este relatório deverá ser entregue à CONTRATANTE em formato físico ou digital no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após a conclusão dos serviços.

7. Materiais e Insumos.

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os insumos e ferramentas necessários, sem ônus adicional a contratante;

7.1.1. Todos os materiais de insumo empregados na execução dos serviços devem ser novos, seguindo as especificações de cada fabricante de motor e alternador, além de estar de acordo com as especificações técnicas;

7.1.1.1. Se julgar necessário, a CONTRATANTE poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais e insumos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação de qualidade;

7.1.1.2. Obedecer às normas técnicas e legais de segurança do trabalho;

7.1.1.3. Obedecer às prescrições e recomendações dos fabricantes do motor e gerador;

7.2. Do Combustível

7.2.1. A CONTRATADA deverá fornecer combustível sempre que necessário, a fim de se evitar paradas do equipamento.

7.2.2. A CONTRATADA deverá fornecer NOTA FISCAL para a CONTRATANTE do posto de abastecimento ou empresa onde for realizada a aquisição do combustível para ressarcimento pela CONTRATANTE.

7.2.3. Todos os custos com transporte do combustível serão de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para a contratante.

7.2.4. A CONTRATADA não poderá armazenar combustível dentro das dependências do prédio.

7.2.5. Em casos de interrupção do fornecimento de energia elétrica proveniente da concessionária, a contratada deverá realizar quantos abastecimentos forem necessários para manter o equipamento guarnecido.

7.2.6. O valor do litro do combustível a ser pago pela CONTRATANTE será o informado na proposta de preço multiplicado pela quantidade utilizada.

7.2.7. A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, a quantidade estimada de 650 (seiscentos e cinquenta) litros de óleo diesel, conforme a solicitação da CONTRATANTE. Ressalta-se que tal quantidade representa uma previsão de consumo, podendo ser ajustada de acordo com as necessidades operacionais. Dessa forma, o volume fornecido poderá ser inferior ou superior ao estimado, a depender da demanda real dos serviços prestados. Em casos de necessidade de fornecimento superior à estimativa, a CONTRATADA se compromete a

atender prontamente, desde que devidamente autorizado pela CONTRATANTE. Eventuais variações deverão ser registradas e justificadas, para fins de controle e acompanhamento contratual.

7.2.7.1. Caso constatado alguma anormalidade do combustível a CONTRATADA deverá fornecer laudo contendo as propriedades do óleo diesel fornecido a CONTRATANTE;

7.2.7.1.1. O Óleo Diesel para o gerador deverá ter as seguintes especificações:

- A) Aspecto visual límpido e isento de impurezas;
- B) Teor máximo de enxofre em 0,5%;
- C) Número de Caetano (NC) mínimo 42;
- D) Densidade a 20°C de 820 a 865 Kg/m³;
- E) Menos de 0,05% de água e sedimentos.

7.2.7.2. Caso o combustível fornecido esteja fora dos padrões estabelecidos no item 7.2. e seus subitens, a CONTRATADA deverá remover o produto;

7.2.7.3. No ato do fornecimento, um servidor da Divisão de recursos logísticos (DIALOG) irá acompanhar o abastecimento do tanque de combustível do grupo gerador;

7.2.7.3.1. A visita poderá ser acompanhada por vigilantes patrimoniais, diante da ocorrência do acionamento do equipamento em que não tenha servidores no prédio da unidade de fiscalização no prédio.

7.2.7.3.1.1. Excepcionalmente nos horários, onde não houver servidor, conforme descrito no item 7.2.7.3, o acesso ao local será dado pelo vigilante, após verificação de autorização de DIALOG. O vigilante não executará o serviço de fiscalização, cabendo ao mesmo somente o acompanhamento da visita até chegada do servidor de DIALOG.

7.2.7.4. Após o término do abastecimento, o funcionário da CONTRATADA emitirá um relatório especificando a quantidade entregue, para controle da CONTRATANTE.

7.3. Dos Quadros de Transferência Automática

7.3.1. É de responsabilidade da CONTRATADA a manutenção dos quadros de transferência, sem ônus adicional à CONTRATANTE.

7.3.2. Em caso de substituição de peças deverá ser obedecido os itens 7.4 e 8.2 peças e prazos e seus subitens.

7.4. Peças

- 7.4.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar todas as peças e componentes, que contemplam o plano de manutenções item 6.5, como óleos, fluidos de arrefecimento e filtros, e outros insumos que se façam necessários, sem ônus adicional à CONTRATANTE.
- 7.4.2. **É de responsabilidade da CONTRATADA todas as peças do grupo gerador sem ônus para a CONTRATANTE.**
- 7.4.3. Quando for detectada a necessidade de troca ou substituição de peças ou componentes do grupo gerador, a CONTRATADA deverá elaborar um laudo técnico detalhado, contendo a justificativa para a devida necessidade da substituição.
- 7.4.4. Este laudo deverá ser submetido à aprovação da fiscalização, respeitando os prazos do item 8.2.
- 7.4.5. É essencial que todas as peças utilizadas sejam novas e estejam em conformidade com as especificações técnicas do fabricante do equipamento. Além disso, a CONTRATADA deverá apresentar um laudo técnico detalhado para a fiscalização, comprovando a origem e a qualidade dos componentes utilizados. Este laudo deve incluir informações como:
- 7.4.6. Descrição das peças utilizadas;
- 7.4.7. Certificados de Conformidade e qualidade;
- 7.4.8. Comprovação de que as peças são originais e recomendadas pelo fabricante.

7.5. Reparo da Bobina Auxiliar.

- 7.5.1. A CONTRATADA deverá fornecer todas as peças necessárias para a manutenção corretiva da bobina auxiliar do grupo gerador, garantindo a reposição de componentes essenciais para seu pleno funcionamento, conforme as especificações técnicas do fabricante.
- 7.5.2. A CONTRATADA deverá realizar o reparo da bobina auxiliar seguindo rigorosamente os padrões de fabricação do equipamento, conforme especificações técnicas do fabricante.
- 7.5.3. O prazo para a conclusão do reparo será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de retirada da bobina pela CONTRATADA.

- 7.5.4. A CONTRATADA, só poderá iniciar o procedimento para manutenção corretiva da bobina auxiliar após a autorização da fiscalização.
- 7.5.5. A CONTRATADA deverá fornecer um relatório técnico detalhado ao final do serviço, incluindo a descrição dos procedimentos realizados, peças substituídas e testes efetuados para garantir o pleno funcionamento do gerador.
- 7.5.6. A aceitação do serviço será condicionada à realização de inspeções e testes que comprovem a conformidade do reparo com as especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos.
- 7.5.7. Um dos testes realizados será de utilizar o equipamento em carga por um período mínimo de 3 horas, a fim de garantir o perfeito funcionamento do grupo gerador, sendo esse agendado com a fiscalização.
- 7.5.8. Em caso de descumprimento dos prazos ou das especificações técnicas, serão aplicadas penalidades conforme estabelecidas no contrato.
- 7.5.9. Todos os custos relacionados ao reparo, incluindo materiais, mão de obra, transporte e quaisquer outros custos adicionais, deverão estar integralmente incluídos no valor apresentado para o item 2 da Tabela 1.1.

8. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

8.1. Plano de manutenção

- 8.1.1. A CONTRATADA deverá realizar a manutenção anual conforme item 6.5.3, após a emissão ordem de início.

8.2. Prazos

- 8.2.1. A CONTRATADA terá até 30 (trinta) minutos para atender via telefone – direto, central de serviços, serviço 0800 ou responder o e-mail de abertura de chamado.
- 8.2.2. A CONTRATADA terá um prazo de até 2 (duas) horas para encaminhar o técnico contados a partir do item 8.2.1.
- 8.2.3. A CONTRATADA terá até 2 (duas) horas de prazo para identificar se será necessário substituir ou não as peças, prazo que se inicia da chegada do técnico no prédio.

- 8.2.4.** A CONTRATADA terá até 2 (duas) horas para realizar a manutenção corretiva, em casos que não seja necessário a aquisição de peças ou componentes dos equipamentos, prazo que se inicia após item 8.2.3
- 8.2.5.** A CONTRATADA terá até 1 (um) dia corrido para realizar a troca da peça ou componente que seja necessário, para manutenção corretiva, prazo esse que se inicia após os tramites do item 8.2.3.
- 8.2.6.** A CONTRATADA Terá até 10 (dez) dias corridos para realizar a manutenção corretiva, da bobina auxiliar, prazo que se inicia após a autorização da fiscalização para início do reparo.
- 8.2.7.** A CONTRATADA deverá abastecer o grupo gerador, quantas vezes forem necessárias, conforme item 7.2. e seus subitens, mantendo o tanque em sua capacidade máxima 100%.
- 8.2.8.** A CONTRATADA deverá realizar o fornecimento do combustível em “modo stand by” em dias úteis das 8 às 18 horas. A CONTRATADA após comunicada pelo fiscal terá um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para executar o fornecimento do produto.
- 8.2.9.** A CONTRATADA terá um prazo de 2 horas, para realizar o fornecimento do combustível, quando o grupo gerador estiver operando com Carga.
- 8.2.10.** A CONTRATADA terá o prazo de 20 (vinte) dias para emitir e encaminhar à fiscalização a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), contendo a designação do engenheiro responsável pela execução dos serviços.
- 8.2.11.** A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias para realizar a manutenção anual, a qual deverá ser executada imediatamente após a assinatura do contrato conforme item 6.1.
- 8.2.12.** A preventiva mensal deverá ser marcada com 02 (dois) dias de antecedência;
- 8.2.13.** A CONTRATADA deverá cumprir todos os subitens do item 6.5.2, ao realizar a manutenção preventiva, dentro do prazo de 2 (dois) dias.
- 8.3.** Além dos itens citados acima a contratada devese atentar aos itens 1.1, 1.1.8, 3.8.1 e 6.3, bem como todos os itens do termo de referência para apresentar a proposta.

8.4. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso iii, da lei nº 14.133, de 2021)

8.4.1. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/21)

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila. (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

9.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.4. Preposto:

9.4.1. A CONTRATADA designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.4.2. A CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade.

9.4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Rotinas de fiscalização contratual

9.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

9.5.1.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

9.5.1.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

9.5.2. A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

9.5.3 A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

9.5.4. Somente a CONTRATADA será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.5.4.1. A inadimplência da A CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.5.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada de acordo com a atribuições elencadas no art. 120, do Decreto Municipal 62.100/2022, e demais previsões normativas relacionadas.

9.6. Rotinas de gestão contratual

9.6.1. Constituem atividades a serem exercidas pela unidade administrativa responsável pela gestão de contratos todas as atribuições elencadas no art. 118, do Decreto Municipal 62.100/2022, e demais previsões normativas relacionadas.

9.7. Critérios de aferição e medição para faturamento

9.7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará instrumento para aferição da qualidade da prestação dos serviços dispostos neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.7.2. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- 9.7.2.1. O fiscal do contrato irá verificar se o prazo de entrega, as quantidades e os serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- 9.7.2.2. O fiscal do contrato irá atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la à unidade responsável pela gestão de contratos.

9.7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

- 9.7.3.1. Não produziu os resultados acordados;
- 9.7.3.2. Deixou de executar as atividades contratadas.
- 9.7.3.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço.

9.8. Liquidação e pagamento

9.8.1. O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data da entrega da Nota Fiscal ou Nota Fiscal Fatura, nos moldes da Portaria SF 275/2024.

- 9.8.1.1. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.8.2. A não apresentação de certidões negativas de débito, ou na forma prevista no subitem 9.8.1.1, não impede o pagamento, porém será objeto de aplicação de penalidade ou rescisão contratual, conforme o caso.

9.8.3. Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

9.8.4. Caso venha a ocorrer atraso no pagamento dos valores devidos, por culpa exclusiva da Administração, a CONTRATADA terá direito à aplicação de compensação financeira, nos termos da Portaria SF nº 05, de 05/01/2012.

9.8.5. Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o item 6.8.4, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% "pro-rata tempore"), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

9.8.6. O pagamento da compensação financeira dependerá de requerimento a ser formalizado pela CONTRATADA.

9.8.7. Antes do pagamento a CONTRATANTE efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

9.8.8. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com a execução dos serviços, mediante apresentação da(s) respectiva(s) nota(s) fiscal(is) ou nota(s) fiscal(is)/fatura, bem como de cópia reprográfica da nota de empenho, acompanhada, quando for o caso, do recolhimento do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza do mês de competência, descontados os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os decorrentes de multas.

9.8.9. Na hipótese de existir nota de retificação e/ou nota suplementar de empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos.

9.8.10. A CONTRATADA deverá apresentar, a cada pedido de pagamento, os documentos elencados na Portaria SF 275/2024.

9.8.11. Por ocasião de cada pagamento, serão feitas as retenções eventualmente devidas em função da legislação tributária.

9.8.12. O pagamento será efetuado por crédito em conta corrente, no BANCO DO BRASIL S/A, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197/2010, publicado no DOC do dia 22 de janeiro de 2010.

9.8.13. Fica ressalvada qualquer alteração por parte da Secretaria Municipal da Fazenda, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

9.9. Infrações e sanções administrativas

9.9.1. São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/21.

9.9.1.1. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a) comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b) manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

9.9.2. Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido para contratação, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a) Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b) Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura

9.9.2.1. Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

9.9.3. As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa.

9.9.4. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a CONTRATANTE pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia sobre o valor total do ajuste, em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência a 10 (dez) dias. Após 10 (dez) dias de atraso será considerada inexecução parcial do contrato.

- c) Multa de 1 % (um por cento), por dia sobre o valor total do ajuste, em caso de atraso no início da execução dos serviços, limitada a incidência do 11º (décimo primeiro) ao 20º (vigésimo) dia. Após o vigésimo dia será considerada inexecução total do ajuste.
- d) Multa de 2% (dois por cento), sobre o valor total do ajuste, por não manter as mesmas condições da contratação quanto a regularidade fiscal e trabalhista, e na reincidência será aplicado o dobro;
- e) Multa de 1% (um por cento), por dia de atraso, sobre o valor total do ajuste, por deixar de apresentar garantia contratual nos termos estipulados na contratação (seja inicial, reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 20% (vinte por cento). O atraso superior a 20 (vinte) dias autorizará a CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- f) Multa de 3% (três por cento), sobre o valor total do contrato, por descumprimento de qualquer obrigação da CONTRATADA para a qual não haja penalidade específica, por ocorrência e, na reincidência, será aplicado o dobro.
- g) Multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total do ajuste, por inexecução parcial do contrato.
- h) Multa de 20% (vinte por cento), sobre o valor total do ajuste, no caso de rescisão do acordo, por culpa da CONTRATADA, inclusive por inexecução total do contrato, devida e previamente demonstrada a falta cometida à CONTRATADA;
- i) Multa de 30% (trinta por cento), sobre o valor total do contrato, por deixar de comunicar à Secretaria a ocorrência de incidente de segurança; deixar de cumprir determinação da Secretaria para corrigir deficiências nos processos de tratamento; realizar transferência de dados da Secretaria a terceiros sem expressa autorização e deixar de cumprir determinação da Secretaria para o exercício de direito de titular de dados.
- j) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento), sobre o valor total do contrato por descumprimento do item 8.2.1, 8.2.2, 8.2.3, 8.2.4.
- k) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento dos itens 8.2.5, 8.2.6.
- l) Multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento dos itens 8.2.7, 8.2.8, 8.2.9.
- m) Multa de 6% (seis por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento do item 8.2.9 e 8.2.10.
- n) Multa de 3% (três por cento), sobre o valor total do contrato, pelo não cumprimento do item 8.2.11 e 8.2.13.

9.9.5. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

9.9.6. Caso a CONTRATANTE releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições da contratação.

9.9.7. Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.9.8. São aplicáveis à presente contratação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.

9.9.9. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9.10. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.9.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.2. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.2.1.1. Habilitação jurídica

10.2.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.2.1.1.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.2.1.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.2.1.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.2.1.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.2.1.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2.1.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.2.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.2.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da

Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.2.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.2.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.2.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal ou relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.2.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.2.1.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.2.1.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.2.1.3. Qualificação Econômico-Financeira

10.2.1.3.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

- 10.2.1.3.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).
- 10.2.1.3.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 10.2.1.3.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (um) ou patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- 10.2.1.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.2.1.4. Qualificação técnica operacional

- 10.2.1.4.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 10.2.1.4.1.1. O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em:
- 10.2.1.4.1.2. Papel timbrado, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, devendo conter o nome, o endereço e o telefone de contato do(s) atestador(es), comprovando a prestação do serviço de manutenção preventiva e corretiva em gerador, objeto desta licitação.
- 10.2.1.4.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;
- 10.2.1.4.2.1. Comprovação que já executo contrato com quantitativo mínimo de até 50% (cinquenta por cento).
- 10.2.1.4.2.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.2.1.4.3. Poderá ser realizada diligência para comprovar a autenticidade do atestado de capacidade técnica.

10.2.1.4.4. Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia – CREA.

10.2.1.5. Qualificação técnica Profissional

10.2.1.5.1. Comprovação da licitante de possuir em seu corpo técnico, profissional(is) de nível superior ou outro(s) reconhecido(s) pelo CREA, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado pelo CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT , expedida(s) por estes Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, ou ainda, para empresa privada, serviços de características técnicas de complexidade do objeto da presente licitação.

10.2.1.5.2. A comprovação do vínculo entre o(s) profissional(is) e a licitante poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho, do livro de registro ou de contrato de prestação de serviço ou contrato social da empresa;

10.2.1.5.3. A comprovação técnica dos profissionais deverá ser comprovada com cópia da carteira profissional (CREA).

10.2.1.5.4. O Contratada disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

11.1.1. Para o valor estimado total da contratação será considerada a pesquisa de preço realizada pela Divisão de Compras e Contratos.


11.1.2. A estimativa de preços informada no Estudo Técnico Preliminar refere-se a uma pesquisa prévia inicial, e não servirá como base para reserva orçamentária.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, datado e assinado digitalmente.

Documento assinado digitalmente
 **DIEGO GOMES CORREA**
Data: 28/04/2025 14:38:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Identificação e assinatura do servidor responsável

ATESTADO DE RENÚNCIA DE VISTORIA

SEI XXXXXXXXXXXXX

Pregão eletrônico Nº XX/20XX

A empresa _____, através de seu representante legal _____ portador do RG: _____, conforme previsto no parágrafo 3º do art 63 da Lei 14.133/2020 (“...o edital de licitação sempre deverá prever a possibilidade de substituição da vistoria por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.”), renuncia a vistoria aos locais onde serão executados os serviços descritos no termo de referência, e assume a responsabilidade de que a não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços.

Diante do exposto, a CONTRATADA assume os ônus dos serviços decorrentes. Tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados no Edifício Othon – sede da Secretaria Municipal da Fazenda.

São Paulo, ____ de ____ de _____

Assinatura do Responsável

PMSP - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Estudo Técnico Preliminar 29/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 6017.2025/0019665-4

2. Descrição da necessidade

A contratação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com cobertura integral de peças, componentes e insumos necessários para todas as manutenções, visa garantir a disponibilidade contínua de energia elétrica, em caso de falha no fornecimento proveniente da concessionária. É importante destacar que todas as peças e componentes necessários para as manutenções preventivas e corretivas são de responsabilidade da CONTRATADA.

Se faz necessário realizar o reparo da bobina auxiliar do equipamento para manter o mesmo no padrão de funcionamento estabelecido pelo fabricante, onde o seu pagamento será realizado de modo único separado, após o reparo, todos os custos referentes ao equipamento serão de responsabilidade da contratada, não acarretando ônus adicional a CONTRATANTE.

A falta de energia elétrica pode resultar em sérios prejuízos às instalações e serviços prestados pela Secretaria Municipal da Fazenda, interferindo no trabalho diário dos servidores, terceirizados e no atendimento aos contribuintes. Além disso, a manutenção adequada contribui para a conservação do patrimônio público, sendo imprescindível para o funcionamento eficiente, prolongando a vida útil do equipamento. Esses procedimentos de manutenção previnem danos, reduzem o número de falhas na operação, evitam a perda de dados e garantem a continuidade do funcionamento do grupo de elevadores, das bombas do segundo subsolo, atendimento aos contribuintes, colaborando assim para a diminuição de gastos excessivos e refletindo em economia ao erário.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SF/COADM/DILOG	Diego Gomes Correa

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação busca, garantir o bom funcionamento do grupo gerador, prevenindo panes pela aplicação de rotinas de manutenção planejada periódicas com inspeções, revisões, atuando corretivamente, se necessário, em componentes desgastados, danificados ou com mal funcionamento a fim de garantir aumento da confiabilidade na continuidade das atividades na sede da Secretaria Municipal da Fazenda de São Paulo.

REQUISITOS TÉCNICOS

- A empresa fornecedora deve ter a capacidade técnica para realizar as manutenções corretivas e preventivas, de acordo com os requisitos estabelecidos.

- Incentivo à implementação de medidas sustentáveis para com os fluídos utilizados, bem como suas baterias, dando a devida destinação a estes produtos, para mitigar os impactos ambientais negativos, mas também promover a eficiência operacional e a responsabilidade social.
- Atendimento rigoroso às normas técnicas e regulamentações aplicáveis ao setor, assegurando a conformidade com padrões de qualidade e segurança.

REQUISITOS OPERACIONAIS

- Estabelecimento de canais de comunicação eficientes para relatar problemas, solicitar suporte técnico e realizar ajustes contratuais quando necessário.
- Rigoroso cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato, garantindo uma operação sem interrupções e sem atrasos nas intervenções programadas.
- Manutenção de um relacionamento contínuo com a Secretaria da Fazenda, promovendo reuniões regulares para avaliação de desempenho, alinhamento estratégico e identificação de oportunidades de melhoria.
- Flexibilidade para ajustar as condições contratuais em resposta a mudanças nas necessidades da Secretaria da Fazenda, com a devida formalização de quaisquer alterações.
- Estabeleça protocolos claros e eficazes para resposta rápida a emergências, visando minimizar o impacto nas operações da Secretaria da Fazenda.
- Estímulo à adoção de tecnologias inovadoras que possam contribuir para a eficiência operacional, a redução de custos e o cumprimento de metas sustentáveis.

REQUISITOS NORMATIVOS

- ABNT NBR ISO 8528 – Grupos Geradores de Energia Elétrica
- REQUISITOS TÉCNICOS AES ELETROPAULO
- ABNT NBR 5410 – Segurança Elétrica
- NORMAS DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL – MTE
- NR 10 –Segurança em instalações e serviços em eletricidade
- NR 12 – Segurança no Trabalho em máquinas e equipamentos
- NORMAS AMBIENTAIS – Exigidas pela CETESB
- RESOLUÇÃO ANP Nº 41/2013 – Requisitos técnicos e administrativos para o armazenamento de combustíveis líquidos derivados de petróleo.
- LEI Nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005
- NORMA ANSI/IEEE 43 - fornece recomendações e diretrizes para testes de resistência de isolamento em máquinas rotativas, como motores elétricos, geradores e transformadores

5. Levantamento de Mercado

Após levantamento de mercado identificamos 3 possibilidades, conforme segue:

Contratação de Manutenção com Peças e componentes Inclusas

Este tipo de aquisição abrange não apenas a mão de obra contratada, mas também todas as peças e materiais necessários para a execução dos serviços, sendo o tipo de contratação mais utilizado conforme pesquisa de mercado. No entanto, essa modalidade de contratação pode apresentar desafios significativos. Devido à alta complexidade de alguns componentes que integram os equipamentos, é possível que ocorram falhas na prestação do serviço. Essas falhas podem resultar em custos inesperados para a contratante, os quais, em certas situações, podem ser difíceis de serem assumidos de imediato. Como consequência, a contratada pode enfrentar penalidades administrativas por não cumprimento dos termos contratuais, além de deixar os equipamentos inoperantes por períodos prolongados, impactando negativamente as operações e a

produtividade desta secretaria. É fundamental, portanto, considerar cuidadosamente os riscos associados a essa modalidade de aquisição e adotar medidas preventivas que minimizem o impacto financeiro e operacional em caso de falhas.

Contratação De Manutenção com peças pagas e componentes pagos por demanda

Este tipo de contratação se torna mais complexo devido ao grande número de peças e componentes do equipamento, que variam de acordo com o fabricante. As empresas frequentemente não realizam a precificação de forma correta, o que impossibilita ter uma ideia real do valor de mercado. Isso pode causar prejuízos para a administração se a precificação estiver errada, tornando o contrato inexecutável.

Diferentemente do serviço de fornecimento integral, onde a contratada assume a responsabilidade por todos os custos de manutenção e elabora sua proposta contemplando todos os custos envolvidos, a contratação sob demanda pode resultar em prejuízos para a administração e na não execução satisfatória do serviço. Além disso, há a possibilidade de o equipamento, que é vital para o bom funcionamento da administração, ficar inoperante por um longo período, levando a sanções administrativas contra a contratada.

Nessa modalidade, a aquisição das peças e componentes do equipamento deve ser realizada de forma justa e transparente, com uma clara definição dos itens necessários para a manutenção corretiva. Esses itens serão pagos pela administração, garantindo que todas as necessidades de manutenção sejam atendidas de maneira eficiente e econômica.

Locação de Grupo Gerador.

A locação de um grupo gerador torna-se inviável devido à configuração física do sistema. O equipamento precisaria ser instalado na área externa do edifício, especificamente em uma via de circulação próxima à Praça do Patriarca. Essa localização apresenta diversos inconvenientes, como a interrupção das atividades públicas no local e o impacto no fluxo de pedestres e veículos. Além disso, o ruído gerado pelo equipamento poderia interferir diretamente nas atividades internas do edifício, desde o térreo até o terceiro andar, prejudicando o ambiente de trabalho. O gerador também estaria sujeito a riscos como vandalismo, condições climáticas adversas e possíveis danos acidentais. Outro fator relevante é que o equipamento permaneceria ocioso na maior parte do tempo, o que comprometeria a eficiência e o custo-benefício de sua locação.

Diante das 3 possibilidades identificamos que a manutenção com peças e componentes inclusas é a mais adequada para o contrato da Secretaria Municipal da Fazenda.

6. Descrição da solução como um todo

Os serviços consistem na prestação de manutenção preventiva e corretiva com cobertura integral de peças, componentes, manutenção corretiva da bobina auxiliar e insumos necessários, tais como óleos, fluidos de arrefecimento, baterias, filtros, correias, mangueiras, sensores e outros itens que se façam necessários, incluindo o abastecimento do grupo gerador. Esses serviços serão realizados por uma equipe técnica especializada, através de visitas técnicas. As visitas devem englobar todas as ações e intervenções permanentes, periódicas, pontuais e emergenciais no equipamento, incluindo seus subsistemas e componentes, tubulações e isolamentos, visando manter as características de funcionalidade.

Em caso de necessidade de manutenção corretiva no equipamento, com o fornecimento de peças ou componentes, a contratada deverá encaminhar parecer técnico detalhado à CONTRATANTE. Após análise, a CONTRATANTE autorizará a CONTRATADA a proceder com a manutenção.

Os serviços de manutenções preventiva e corretiva incluem a realização de todos os testes elétricos e mecânicos, revisão, calibragem, verificação das condições operacionais do equipamento, análises de vazamentos, condições de lubrificação de componentes internos, eficiência, consumo elétrico, limpeza dos equipamentos do sistema, mantendo os parâmetros em conformidade.

A manutenção preventiva busca evitar a ocorrência de defeitos em todos os componentes do grupo gerador, conservando-os dentro dos padrões de operacionalidade e segurança e em perfeito estado de funcionamento, para isso deverão ser feitas as etapas de Inspeção e Revisão.

A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a empresa CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados, solicitando autorização para execução dos serviços. Na manutenção corretiva incluirá serviços de atendimento a chamados de emergência, que tem como finalidade vistoriar, diagnosticar e solucionar falhas ocorridas no equipamento mantido.

A CONTRATADA será responsável pela execução da manutenção corretiva da bobina auxiliar, garantindo o restabelecimento do pleno funcionamento do equipamento, conforme as especificações do projeto original do fabricante. Para tanto, deverá apresentar um cronograma detalhado do plano de manutenção corretiva, com o objetivo de mitigar possíveis danos decorrentes da indisponibilidade do equipamento. A execução dos serviços somente poderá ser iniciada após autorização expressa da fiscalização, que adequará o cronograma às necessidades da administração.

A Empresa CONTRATADA será responsável por executar e finalizar os serviços, iniciados durante o expediente normal, em finais de semana ou em horário noturno, nos casos em que as pendências prejudiquem atividades essenciais da Secretaria, sendo que nestes casos, deverá formalizar solicitação de autorização aos fiscais de contrato.

A depender da complexidade e grau de dificuldade (quando houver necessidade de liberação de áreas), visando segurança e não causar transtornos ou influenciar na rotina de atividades dos setores dentro da Secretaria, a contratada fica obrigada a executar os serviços em períodos determinados pela CONTRATANTE.

A empresa CONTRATADA deverá fornecer os uniformes aos seus empregados e deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada.

Os serviços contratados serão executados sob regime comum continuado, conforme segue:

- Tendo em vista que o equipamento é fundamental para manter os serviços e estações de trabalho em pleno funcionamento, sendo a vigência plurianual mais vantajosa, para a Secretaria.

DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- Para assegurar a execução perfeita dos serviços, a CONTRATADA é responsável por fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, bem como promover sua substituição quando necessário.
- Caso seja solicitado pela secretaria municipal da fazenda, a CONTRATADA deverá apresentar informações por escrito sobre a origem dos materiais ou certificados de conformidade e ensaios, a fim de comprovar sua qualidade.
- A CONTRATADA deve seguir as prescrições e recomendações dos fabricantes dos motores e geradores envolvidos nos serviços prestados.
- Todos as peças e componentes que compõem o sistema, (motor, gerador e quadro de transferência) são de responsabilidade da CONTRATADA, não acarretando ônus adicional a CONTRATANTE.
- É de responsabilidade da CONTRATADA realizar a manutenção e substituição de peças e componentes dos quadros de transferência.
- Ao fornecer o combustível, a CONTRATADA é obrigada a apresentar um laudo que contenha as propriedades do óleo diesel fornecido à Secretaria, se o combustível fornecido não estiver dentro dos padrões estabelecidos, a CONTRATADA deverá remover o produto.
- A contratante deverá abastecer o grupo gerador, quantas vezes forem necessárias, limitado a 100 litros por abastecimento, o nível de combustível disponível no tanque deverá ser mantido, obrigatoriamente, em 100% de sua capacidade.
- Quando o Grupo gerador estiver operando com carga, o fornecimento do combustível deverá ocorrer no prazo máximo de 2 horas.

- Durante o fornecimento, um servidor da Divisão de Recursos Logísticos (DILOG) acompanhará o abastecimento do tanque de combustível do grupo gerador, após a conclusão do abastecimento, o funcionário da CONTRATADA emitirá um relatório detalhando a quantidade entregue, juntamente com o laudo, para fins de controle pelos Fiscais de Contrato.
- O abastecimento poderá ser acompanhado por vigilantes patrimoniais, diante da ocorrência do acionamento do equipamento em que não tenha servidores no prédio da unidade de fiscalização DILOG.
- A CONTRATANTE tem o direito de solicitar a modernização do sistema de controle e monitoramento do sistema, a fim de evitar falhas no acionamento do equipamento.

DO PLANO DE MANUTENÇÃO

Os serviços desta Manutenção deverão ser executados, no mínimo, de acordo com a listagem de serviços abaixo, podendo haver outros aqui não listados, mas que são essenciais a uma perfeita preservação dos equipamentos, devendo a CONTRATADA executá-los independentemente de estarem ou não explicitamente relacionados.

A preventiva mensal deverá ser marcada com 02 (dois) dias de antecedência, deverá cumprir todos os itens ao realizar a manutenção preventiva, dentro do prazo de 2 (dois) dias.

O tempo de atendimento aos chamados de manutenção corretiva não poderá ser superior a 4 horas.

O prazo para reparos externos em peças, se necessário, não poderá ser superior a 05 (cinco) dias úteis, para que o equipamento esteja em plena condição de uso, salvo autorização expressa do fiscal do contrato.

DA MANUTENÇÃO COM FREQUÊNCIA MENSAL

- Inspeção visual geral do grupo gerador, incluindo estrutura externa, conexões e componentes
- Verificação do nível de óleo do motor e do sistema de arrefecimento
- Verificar se há vazamentos de óleo ou líquido de arrefecimento
- Verificar a operação dos aquecedores do líquido de arrefecimento do motor
- Verificar o sistema de carga da bateria
- Verificação e limpeza dos filtros de ar
- Verificar o radiador (restrições / vazamentos / mangueiras / correias)
- Verificação e limpeza dos filtros de combustível
- Verificação do estado das baterias e dos cabos de conexão
- Verificar e efetuar a limpeza do medidor de nível de combustível
- Verificar a tensão das baterias em modo “stand by”
- Verificar e substituir caso necessário as mangueiras flexíveis
- Teste de funcionamento do sistema de partida manual e automática
- Dar partida e operar o gerador por pelo menos 20 minutos sob carga, verificando se há vibrações, ruídos e escape de gases incomuns, vazamento de combustível e de líquido de arrefecimento durante a operação do grupo gerador
- Teste de funcionamento dos sistemas de controle e monitoramento
- Teste nos quadros de transferência

DA MANUTENÇÃO COM FREQUÊNCIA SEMESTRAL

- Verificar o cubo do ventilador, polias e bomba d'água;
- Substituir todo o óleo lubrificante do motor;
- Substituir o (s) filtro (s) de óleo do motor;
- Substituir todo o líquido de arrefecimento;
- Substituir o (s) filtro (s) do circuito de arrefecimento;
- Limpeza e substituição do (s) filtro (s) de respiro do Carter;
- Substituir o filtro de combustível, drenando os sedimentos dos tanques;

- Verificar os controles elétricos e alarmes de segurança;
- Verificar a fiação de distribuição de energia, reapertando conexões, disjuntores e comutadores de transferência e seus quadros
- Inspeção e limpeza do sistema de arrefecimento
- Teste de funcionamento do sistema de carga da bateria
- Verificar o respiro do tanque
- Apertar as ferragens de montagem do grupo gerador
- Verificação do sistema de escape e silenciadores quanto a vazamentos e danos
- Inspeção e reaperto de conexões elétricas
- Teste de funcionamento dos dispositivos de segurança, como alarmes e disjuntores.
- Teste de funcionamento do sistema de transferência de carga automático.
- Verificação da eficiência e ajuste do sistema de controle de velocidade

DA MANUTENÇÃO COM FREQUÊNCIA ANUAL

- Verificar o tirante do governador;
- Limpar externamente todo o grupo gerador, removendo o acúmulo de graxa, óleo e sujeira;
- Simular uma queda de energia da rede elétrica para testar a capacidade de o grupo gerador dar a partida e assumir a carga nominal;
- Verificar a operação dos comutadores de transferência automática, chave de comutação e controles associados;
- Verificar os parafusos do coletor de admissão e do turbo compressor, e fazer o reaperto
- Limpar a caixa de saída e o quadro de controle do gerador.
- Verificar conectores e fazer o reaperto
- Medir e anotar as resistências de isolamento dos enrolamentos do gerador
- Verificar a operação das cintas do aquecedor e lubrifique os rolamentos
- Verificar o funcionamento do disjuntor principal do gerador operando-o manualmente. Teste a unidade de rearme de acordo com as instruções do fabricante. Operar o gerador por pelo menos 3 horas (sendo 01 uma hora sob carga com valor aproximado do valor nominal)
- Realizar testes de isolamento do grupo gerador obedecendo a Norma ANSI/IEEE 43
- A CONTRATADA deverá realizar a limpeza do tanque de combustível.
- Deverá ser realizado a limpeza interna dos componentes dos quadros de transferência e disjuntores
- Verificação da integridade das juntas e vedações.

DO COMBUSTÍVEL FORNECIDO

O fornecimento de combustível deve ser realizado sempre que solicitado pela fiscalização ou em caso de falha no fornecimento de energia elétrica proveniente da concessionária. É importante considerar que o equipamento opera cerca de 30 minutos destinados à manutenção preventiva mensal. Durante essa manutenção, o equipamento funciona sem carga, com o objetivo de realizar um teste de desempenho, totalizando, ao longo do ano, aproximadamente 6 horas de utilização.

Para estimar a quantidade de combustível que poderá ser consumida ao longo do mês, deve-se considerar o seguinte fator: em operação, o equipamento consome 20 l/h (litros por hora) em modo sem carga e 40 l/h (litros por hora) quando está operando a 100% de sua capacidade. Conforme aferido pela fiscalização, o equipamento atualmente em funcionamento apresenta consumo estimado de 35,5 l/h (litros por hora) sob regime de carga.

Com base nos últimos eventos de falta de energia que afetaram esta secretaria, estima-se que o equipamento possa operar por um período de até 18 horas consecutivas sob carga, resultando em um consumo mensal aproximado de 639 litros de diesel em decorrência de interrupções no fornecimento da concessionária.

Para a manutenção preventiva mensal, estima-se um consumo adicional de 10 litros de combustível, totalizando, portanto, uma previsão de aproximadamente 650 litros de combustível por mês.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço onerado de forma separada. O fornecimento de combustível será efetuado conforme a demanda, com pagamento correspondente à quantidade fornecida.

ESPECIFICAÇÃO
Grupo Gerador Stamac, Linha Diesel, com potência de 500 / 455 / 319 KVA – 400 / 364 / 255 KWe (Emergência / Principal / Contínua), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 200 / 127 Vca em 60 HZ, para funcionamento singelo e automático.
Reparo da bobina auxiliar
Fornecimento de combustível

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 126.000,00

Após pesquisa dos contratos no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas), foi possível identificar que os valores para a contratação de empresa especializada na manutenção corretiva e preventiva com cobertura integral dos insumos, incluindo abastecimento do grupo gerador teria um valor mensal mínimo de R\$9.420,00 e um valor máximo de R\$ 10.500,00, conforme anexo

A estimativa de preços informada neste instrumento refere-se a uma pesquisa prévia inicial, e não servirá como base para reserva orçamentária, quando deverá ser considerada a pesquisa de preços da Divisão de Compras e Contratos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Não se aplica

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista na PLOA 2025 com estimativa de valores a serem reservados para N.E., viabilizando a contratação.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A escolha de uma empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva com cobertura integral de peças e insumos, incluindo abastecimento do grupo gerador, emerge como uma medida estratégica, visando não apenas o bem-estar dos ocupantes, mas também a preservação dos investimentos realizados e o pleno funcionamento da Secretaria, destaque:

- Prolongamento da vida útil dos equipamentos
- Eficiência energética
- Conformidade com Normas e Regulamentações
- Redução de custos Emergências
- Garantir o pleno funcionamento da Secretaria em situações de falhas ou quedas no abastecimento da concessionária, mantendo o funcionamento dos elevadores, sistema de nobreak e iluminação do prédio, prevenindo assim acidentes em caso de falha.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica

14. Possíveis Impactos Ambientais

É de responsabilidade da contratada cumprir a legislação ambiental, para que exista uma gestão sustentável dos serviços, durante toda a prestação dos serviços, além de atender aos critérios que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

DOS FLUÍDOS

Atendendo aos parâmetros estabelecidos pela CONAMA nº 362/2005, a empresa contratada tem a responsabilidade de realizar o recolhimento e descarte apropriado do óleo lubrificante usado ou contaminado, juntamente com seus resíduos e embalagens. Para garantir a conformidade com esta norma, são destacados os seguintes procedimentos a serem seguidos:

- Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, evitando a contaminação do meio ambiente. Além disso, deve-se garantir que o óleo não seja misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água ou outras substâncias que possam comprometer sua reciclagem.
- Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido por meio de uma empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes. Alternativamente, é possível entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante, tanto no atacado quanto no varejo, que é obrigado a recebê-lo e recolhê-lo de forma segura para sua destinação final ambientalmente adequada.
- Quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, a empresa deverá garantir sua destinação final ambientalmente adequada, conforme autorização do órgão ambiental competente, em conformidade com o artigo 18, inciso VII da Resolução CONAMA nº 362/2005 e legislação correlata.

Essas medidas visam garantir o correto manejo e destinação dos resíduos de óleo lubrificante, contribuindo para a preservação do meio ambiente e o cumprimento das normas ambientais vigentes.

DAS BATERIAS

A contratada está proibida de adotar formas inadequadas de destinação final para as pilhas e baterias usadas provenientes da contratação, conforme estabelecido no artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008. Tais práticas incluem, o descarte inadequado de pilhas e baterias, incluindo o lançamento em corpos d'água, terrenos baldios, redes de drenagem, entre outros locais que possam causar danos ao meio ambiente e à saúde humana.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Trata-se de um serviço de duração continuada, essencial para o funcionamento ininterrupto da Secretaria da Fazenda do Município de São Paulo. Qualquer interrupção no fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária poderia comprometer as atividades críticas da Secretaria. Nesse cenário, o grupo gerador desempenha um papel fundamental ao garantir a continuidade das operações, prevenindo prejuízos operacionais e administrativos. A importância desse sistema de suporte é evidenciada pela sua capacidade de assegurar que, mesmo em casos de falhas na rede elétrica, as atividades da Secretaria não sejam interrompidas, demonstrando, assim, a viabilidade e a relevância da manutenção contínua do equipamento.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VINICIUS LINNHOFF DE AQUINO VIANNA

Fiscal de contrato

ROBSON RODRIGUES DOS SANTOS

Fiscal Suplente

DIEGO GOMES CORREA

Diretor da Unidade



Assinou eletronicamente em 04/09/2025 às 14:51:32.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - pesquisa.pdf (137.15 KB)

FILTROS

Tipos de contrato
Selezione

Órgãos
Selezione

Unidades
Selezione

UFs
Selezione

Municípios
Selezione

Esteras
Selezione

Poderes
Selezione

Tipos de Instrumento Convocatório
Selezione

Limpar Aplicar

Ordenar por: Mais antigo

- Empenho nº 2021NE000142**
Última Atualização: 10/12/2021
Id contrato PNCP: 33663683000119-2-000413/2021
Valor Global Contratado: R\$ 10.500,00
Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação Última Atualização: 10/12/2021
Órgão: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Local: Rio de Janeiro/RJ Vigência: de 01/12/2021 a 31/12/2021
Objeto: IMPORTÂNCIA EMPENHADA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM GRUPO GERADOR CATERPILLAR DE 500KVA.
- Empenho nº 2022NE000462**
Última Atualização: 17/05/2022
Id contrato PNCP: 00394502000144-2-000780/2022
Valor Global Contratado: R\$ 8.420,00
Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação Última Atualização: 17/05/2022
Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ Vigência: de 17/05/2022 a 31/12/2022
Objeto: 3313-9-01 CTMRJ - MANUTENÇÃO DE GERADOR ELÉTRICO PARA 1 (UM) MOTOR, 500KVA, C40006, MODELO NTA GS SOLEMP, 20305-0076/2022
- Empenho nº 2022NE000464**
Última Atualização: 23/05/2022
Id contrato PNCP: 00394502000144-2-000786/2022
Valor Global Contratado: R\$ 8.420,00
Modalidade de Contratação: Dispensa de Licitação Última Atualização: 23/05/2022
Órgão: COMANDO DA MARINHA Local: Rio de Janeiro/RJ Vigência: de 17/05/2022 a 31/12/2022
Objeto: 3313-9-01 CTMRJ - MANUTENÇÃO DE GERADOR ELÉTRICO PARA 1 (UM) MOTOR, 500KVA, C40006, MODELO NTA GS, DISPENSA ELETRÔNICA Nº 18/2022 DO CTMRJ, SOLEMP, 20305-0076/2022



PREGÃO ELETRÔNICO SF Nº 90010/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL ANUAL
PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 6017.2025/0019665-4

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stemac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

ANEXO III – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº estabelecida na....., nº....., telefone nºs....., e-mail....., propõe a execução dos serviços e fornecimentos das peças descritas no Termo de Referência – Anexo II, nos seguintes preços e condições:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QTDE MENSAL	QTDE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL (12 MESES)
1	Grupo Gerador Stemac, Linha Diesel, com potência de standby 500 KVA / 400 KWe, – em carga 455 KVA / 364 KWe, (Emergência / Principal / Contínua), trifásico, com fator de potência 0,8, na tensão de 200 / 127 Vca em 60 HZ, para funcionamento simples e automático.		1		R\$...	R\$...
2	Reparo da bobina auxiliar		1			R\$...
3	Fornecimento de combustível	650 litros	7.800 litros	R\$...	R\$...	R\$...

***O valor a ser informado no sistema COMPRASGOV corresponde ao valor total de todos os itens da proposta de preços.**

Para formação da proposta de preço e inserção na plataforma COMPRASGOV, V.Sª deverá basear-se exclusivamente nos termos e informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas dos ITENS e demais condições do Anexo II.

- ✓ Todos os impostos, despesas e encargos devidos para a correta execução do contrato estão inclusos nos preços, em conformidade com o estatuído no Edital e seus Anexos.
- ✓ **VALIDADE DA PROPOSTA:** dias corridos contados a partir da data da apresentação da proposta (NÃO INFERIOR A 60 DIAS CORRIDOS).
- ✓ Para efeito de pagamento informamos os dados bancários: Banco do Brasil, Agência _____, Conta Corrente _____, em atendimento ao Decreto nº 51.197/2010.

Representante Legal/Procurador
(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO SF Nº 90010/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL ANUAL
PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 6017.2025/0019665-4

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

ANEXO IV
MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES
(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)
(APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA TODAS AS LICITANTES)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme inciso IV do art. 63 da Lei 14.133/2021.
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus artigos. 42 a 49.
- 9) Tenho conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

LOCAL E DATA

Representante Legal/Procurador
(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO SF Nº 90010/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL ANUAL
PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 6017.2025/0019665-4

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

ANEXO V

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE NÃO CADASTRAMENTO E INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS
PARA COM A FAZENDA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

LOCAL E DATA

Representante Legal/Procurador
(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO SF Nº 90010/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL ANUAL
PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 6017.2025/0019665-4

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE RENÚNCIA A VISTORIA

A empresa _____, através de seu representante legal _____, conforme previsto no parágrafo 3º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, renuncia a vistoria aos locais onde serão executados os serviços contratados, e assume a responsabilidade de que a não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços. Sendo assim, a CONTRATADA assume os ônus dos serviços decorrentes. Tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados no Edifício Othon – sede da Secretaria Municipal da Fazenda.

LOCAL E DATA

Representante Legal/Procurador
(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO SF Nº 90010/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL ANUAL
PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 6017.2025/0019665-4

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

ANEXO VII
CRITÉRIOS DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
(BALANÇO PATRIMONIAL)

A situação econômica e financeira da licitante será aferida mediante a apresentação do balanço patrimonial do exercício anterior ao da realização do certame licitatório e dos índices de: Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG).

$$\text{Índice de Liquidez Geral (LG): } \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável à Longo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

$$\text{Índice de Liquidez Corrente (LC): } \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1$$

$$\text{Índice de Solvência Geral (ISG): } \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \geq 1$$

LOCAL E DATA

Representante Legal/Procurador
(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO SF Nº 90010/2025
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO TOTAL ANUAL
PROCESSO ELETRÔNICO Nº. 6017.2025/0019665-4

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em um Grupo Gerador da marca Stamac, linha Diesel, instalado na sede da Secretaria Municipal da Fazenda. O contrato inclui o fornecimento integral de peças e insumos, sem ônus adicional para a contratante. Além disso, abrange o reparo da bobina auxiliar, que apresentou defeito, sendo este serviço cobrado separadamente. O fornecimento de combustível será pago conforme a demanda.

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE EQUIPAMENTOS

A empresa, com sede na nº....., CNPJ nº, **DECLARA**, sob as penas da lei, que tem disponibilidade dos equipamentos/materiais necessários para a execução dos serviços conforme ITEM 7.4 do Termo de Referência.

É de responsabilidade da CONTRATADA todas as peças do grupo gerador sem ônus para a CONTRATANTE.

LOCAL E DATA

Representante Legal/Procurador
(Nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)